

**HABEAS CORPUS Nº 515.097 - SP (2019/0167201-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : JOAO CARLOS PEREIRA FILHO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ROSEMARY DA PENHA FIGUEIRA MENEZES - SP105527  
JOAO CARLOS PEREIRA FILHO - SP249729  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FRANCISCO JAVIER NAVARRETE MARTINEZ (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FRANCISCO JAVIER NAVARRETE MARTINEZ no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que, comunicado acerca do flagrante, o Juízo de de origem converteu, no dia 21/3/2019, a prisão de FRANCISCO JAVIER em preventiva, pelo suposto crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal

O Ministério Público estadual ofereceu denúncia – recebida em 29/3/2019 (e-STJ fls. 104/105) –, descrevendo a seguinte conduta criminosa (e-STJ fls. 31/32):

*Consta dos inclusos autos de inquérito policial, instaurando por auto de prisão em flagrante, que, entre os dias 11 de fevereiro de 2019 (data do furto do veículo) e o dia 21 de março de 2019 (data da prisão em flagrante), por volta das 00h30, na Rua Dr. Frederico Steidel, altura do numeral 107, Santa Cecília, nesta Capital, FRANCISCO JAVIER NAVARRETE MARTINEZ, colombiano, qualificado a fl. 17, adquiriu e transportou, em proveito próprio, o veículo automotor GM/Corsa, ostentando placas CFH-9447 (originais CVZ-1722), sabendo tratar-se de produto de origem ilícita, pertencente à vítima Suzana Costa dos Santos, vítima de furto em 11/02/2019, conforme RDO nº 352/2019 do 06º DP – Santo André/SP (fl. 07).*

*Segundo apurado, no dia 11 de fevereiro de 2019, o marido da vítima Suzana estacionou o veículo na via pública, defronte sua residência, ocasião em que foi furtado. Tais fatos foram registrados no nº 352/2019 do 06º DP – Santo André/SP (fl. 07).*

*No dia 21 de março de 2019, policiais militares em patrulhamento de rotina avistaram o denunciado conduzindo o veículo acima descrito e suspeitaram de sua conduta. Assim, resolveram abordá-lo. Após revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado, todavia, no interior do veículo, foi encontrado um aparelho de telefone celular em que não foi possível a identificação do IMEI, por estar ilegível, sendo devidamente apreendido.*

*Ainda, o veículo ostentava as placas CFH-9447, e, após pesquisas, os policiais apuraram que o chassi fornecido pertencia a um veículo de cor verde, sendo que o automóvel em questão possui cor azul. Assim, identificaram a numeração do chassi e pesquisaram via sistema, resultando o emplacamento original como CVZ-1722 – Mauá/SP, constando como produto de furto, conforme acima descrito.*

*Indagado, o denunciado aduziu que sua esposa adquiriu o veículo de um amigo em comum, não sabendo que era produto de crime, todavia, não informou o suposto valor pago, tampouco apresentou documento do automóvel. Deste modo, os policiais lhe deram voz de prisão em flagrante e o conduziram ao Distrito Policial.*

*A vítima compareceu no DP e reconheceu o veículo como de sua propriedade, conforme auto de reconhecimento de objeto de fl. 15.*

*O veículo e o aparelho celular foram devidamente apreendidos (fl. 14) e submetidos à perícia (fls. 20 e 60).*

*Interrogado, em síntese, aduziu que comprou o veículo de um indivíduo conhecido como “Carlos Henrique”, sem a documentação necessária, mas que não sabia que era produto de ilícito.*

*Pois bem, as circunstâncias do caso, em especial a ausência de documentação do produto, a forma em que foi adquirido, somadas à reincidência específica do denunciado (fls. 42/43), induzem à conclusão no sentido de que ele tinha pleno conhecimento de que se tratava de produto de procedência criminosa, conduta que se amolda ao disposto no artigo 180, “caput”, do Código Penal. (Grifei.)*

Inconformada, a defesa impetrou writ com pedido liminar na Corte estadual alegando excesso de prazo na formação da culpa. Salientou, ainda, que a audiência de instrução foi designada apenas para 6/8/2019. Sustentou, por fim, inexistir complexidade no processo originário que justifique a demora no encerramento do feito.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 159/160).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando a revogação da constrição provisória, uma vez superado o enunciado 691 da Súmula do STF (e-STJ fls. 3/16).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre

na espécie.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)*

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado

constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

